Notícias do dia 10 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Estado faz novo contrato para supervisão de obras . . . 3

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Papo político: Governo de Goiás fechou contrato para supervisão das obras do CORA . . . 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Pauta transferida para 4ª-feira . . . 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos do Governo e do TCE são lidos em Plenário . . . 7

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos do Governo e do TCE são lidos em Plenário . . . 8

Estado faz novo contrato para supervisão de obras

Obras do Complexo Oncológico: Goinfra afirma que o **TCE**-GO faz acompanhamento da construção do Cora (Wesley Costa / O Popular)

Depois de delegar a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado (Cora) a uma organização da sociedade civil (OSC), a Fundação Pio XII, o governo de **Goiás** contratou uma empreiteira para supervisionar as obras, pelo valor de R$ 2,615 milhões. O contrato com a Nova Engevix Engenharia e Projetos foi assinado pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) em julho, sob argumento de que não dispõe de estrutura e mão de obra técnica suficiente para o monitoramento.

O modelo inédito escolhido pelo governo goiano para realização da obra rendeu bate-boca neste fim de semana, com ataques do governador Ronaldo Caiado (UB) ao ex-governador Marconi Perillo (PSDB) por conta das representações feitas pelo PSDB goiano ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e Ministério Público (MP-GO). Em reação, Marconi protocolou interpelação contra Caiado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesta segunda-feira (9).

O POPULAR mostrou na semana passada que o **TCE**-GO vai apurar o termo de colaboração fechado pelo governo com a fundação, após a representação do PSDB. O governo adotou modelo que delega à OSC a construção, estruturação (com compra de equipamentos) e gestão do Cora por período de 12 anos e custo de cerca de R$ 2,4 bilhões.

O questionamento do PSDB ocorre principalmente sobre a construção, que, segundo o partido, teria de ser feita a partir de licitação. Na última quarta-feira (4), a legenda, comandado pelo ex-governador Marconi Perillo, fez representação também ao Ministério Público de **Goiás** (MP-GO).

No dia anterior, o MP-GO informou ao POPULAR que o governo havia apresentado ao órgão o modelo e que "na oportunidade, não se vislumbrou óbice constitucional ou legal para a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil". Após a representação, o MP-GO respondeu apenas que "a notícia de fato foi recebida na Procuradoria-Geral de Justiça em 5 de outubro e está em análise".

O termo de colaboração foi assinado no final do ano passado, com a Goinfra e a Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO). Em julho deste ano, decreto do governador Ronaldo Caiado (UB) designou à Goinfra a responsabilidade pelo acompanhamento, fiscalização e pagamento da execução das obras do Cora.

Dois meses antes, no entanto, em 2 de maio, a agência já havia lançado aviso de pregão eletrônico para contratar "serviços de engenharia para supervisão da obra de construção da unidade de atendimento infantojuvenil e unidade de transplante de medula óssea, no Hospital Oncológico do Estado".

Duas empresas participaram da disputa, mas a primeira colocada foi desclassificada pelo Estado. O contrato com a Nova Engevix foi então assinado em 20 de julho.

O Portal da Transparência do Estado mostra que houve empenho (reserva do recurso na execução orçamentária) de R$ 785 mil para a empresa até agora. O prazo para execução do contrato é de 16 meses.

A Goinfra afirmou ao POPULAR que a contratação de empreiteira para supervisão "reforça eficiência, qualidade e transparência em todas as etapas, garantindo a proteção dos recursos públicos". Diz ainda que é prática recorrente em administrações públicas, "diante de execuções com valores e complexidade correspondentes".

A reportagem não localizou no Portal da Transparência nenhum outro contrato para supervisão de obras de construção no Estado nos últimos cinco anos.

Sobre os resultados do monitoramento, a Goinfra disse que, "até o momento, todos os documentos apresentados pela supervisora durante a execução das obras do Complexo estão em total conformidade com as exigências das normas aplicáveis". "Todas as atividades transcorreram de acordo com as especificações técnicas e normativas, demonstrando a qualidade e o rigor técnico empregados na obra", completou.

A agência diz ainda que o **TCE**-GO faz acompanhamento semanal das obras do Cora, "fiscalizando e monitorando o cumprimento das leis e

políticas públicas".

Lava Jato

A Nova Engevix sucedeu a Engevix, investigada na Operação Lava Jato em suspeitas de esquema de corrupção na Petrobras, fraudes de contratos da Eletronuclear e operações irregulares com fundos de pensão. A empresa chegou a ser declarada inidônea, sendo proibida de contratar com o governo federal, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2016, por cinco anos, e pela Controladoria Geral da União (CGU) até 2018.

Após reestruturação, saída de parte dos sócios e acordo de leniência de mais de R$ 500 milhões, a empresa pôde voltar a participar de licitações e ganhou contrato no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no ano passado. Tratava-se de elaboração do projeto básico do Canal do Sertão Baiano, em valor global de R$ 12,6 milhões, para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Em 2017, O POPULAR mostrou que a Engevix teve contrato com o governo goiano, na gestão de Marconi, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Era para elaboração de projeto executivo de reparo na Barragem Paranã, no valor de R$ 257,3 mil.

Sobre o contrato de supervisão do Cora, a Goinfra afirmou que o desenvolvimento do processo licitatório para contratar a empresa "foi pautado na integridade e no tratamento isonômico". "A empresa vencedora da licitação apresentou toda a documentação comprobatória necessária para a validação do contrato, incluindo certidões. A Nova Engevix Engenharia foi selecionada pelo menor preço e atendeu a todas as exigências do edital. Com o atendimento de todos os critérios, coube à Goinfra apenas homologar a licitação", diz.

Em nota, o órgão disse ainda que "está em permanente contato com os órgãos de controle e reafirma que pauta sua atuação dentro da legalidade e lisura, respeitando todos os princípios éticos da administração pública".

No final de agosto, a SES-GO publicou termo de descentralização orçamentária, autorizando a transferência de R$ 59,6 milhões para a Goinfra pagar à Fundação Pio XII conforme cronograma de desembolso.

Questão legal

Em entrevista ao POPULAR publicada no sábado, quando fez os ataques a Marconi, o governador Ronaldo Caiado afirmou que a lei federal 13.019, do marco regulatório das OSCs, permite o modelo de contratação da fundação Pio XII, mantenedora do Hospital de Amor, antigo Hospital do Câncer, em Barretos (SP).

O POPULAR já havia mostrado que este foi o argumento apresentado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) para justificar o termo de colaboração. O marco regulatório estabelece hipóteses em que a gestão pode dispensar realização de chamamento público, com "serviços de saúde" na lista. No entanto, o PSDB alega que não há previsão de construção de hospital, que seria serviço de engenharia e não de saúde.

O partido argumenta que o governo deveria realizar licitação para construir o empreendimento e que a fundação não tem expertise em construção de hospital.

O POPULAR apurou que, no ano passado, durante as discussões sobre o modelo de contratação, servidores técnicos da SES-GO demonstraram desconforto com a tese defendida pela Governadoria de delegar todo o processo à fundação. Eles também alegam, sob condição de anonimato, que não há base legal para a OSC construir e equipar a unidade. Apontam ainda diferença grande no custo por metro quadrado de unidades hospitalares feitas pelo Estado.

Dos 2,4 bilhões para a fundação, R$ 424,7 milhões são para a construção do hospital, com 140 leitos e outros R$ 240,8 milhões para compra de equipamentos.

Site: https://opopular.com.br/digital/10-outubro-2023/1o-caderno

Papo político: Governo de Goiás fechou contrato para supervisão das obras do CORA

TAGS: GOVERNO DE **GOIÁS**, CONTRATO, SUPERVISÃO DE OBRAS, CORA, GOINFRA, ENGENHEIROS CIVIS, MONITORAMENTO, **TCE**-GO, RONALDO CAIADO, AUDITORIA EXTERNA, QUESTIONAMENTOS, **ALEGO**, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DESTINAÇÃO DE RECURSOS, CONTROLE

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/10/10/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.48.47-09.59.55-1696944884.mp3

Pauta transferida para 4ª-feira

O Plenário da Assembleia transferiu a pauta desta terça-feira para sessão ordinária da quarta-feira, 11. Em função do feriado do Dia de Nossa Senhora Aparecida, os deputados vão se reunir às 9 horas da manhã.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás transferiu a pauta prevista para a sessão desta terça-feira, 10, para o encontro ordinário desta quarta-feira, 11. Em virtude do feriado pelo Dia de Nossa Senhora Aparecida, 12 de outubro, a plenária será realizada às 9 horas da manhã.

A pauta conta com um total de 33 processos legislativos, incluindo projetos de lei ordinária e projetos de lei complementar. São 12 textos aptos a serem votados em definitivo, seis em fase de primeira apreciação e, ainda, 15 projetos de lei de autoria parlamentar que podem ter analisados o parecer favorável recebido na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Um dos destaques para votação definitiva é o projeto de lei complementar nº 4085/23 , enviado pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), que visa a alterar a Lei Complementar nº 25/1998, que institui a Lei Orgânica do órgão e a Lei Complementar nº 113/2014. O objetivo principal é reestruturar a carreira dos membros do MP-GO, possibilitando uma maior movimentação funcional, tanto horizontal quanto vertical. A proposta também busca elevar a entrância de várias Promotorias de Justiça em comarcas mais populosas e com maior demanda no Estado.

Outro exemplo de matéria em fase final de tramitação é a de autoria do deputado Wagner Neto (Solidariedade) que propõe garantir aos atletas profissionais, que estudam e estão regularmente matriculados nas instituições de ensino de Goiás, o direito à educação. O projeto assegura a dispensa de aulas durante competições esportivas e provas, quando houver conflito entre o calendário escolar e esportivo, sem cobrança de taxas adicionais. Neto ressalta que muitos atletas enfrentam desafios para equilibrar suas carreiras esportivas e educacionais, e o projeto visa garantir que eles tenham acesso à educação sem penalizações.

Sessão desta terça-feira

Durante o Pequeno Expediente, sete deputados subiram à tribuna para discursar. Os parlamentares Gustavo Sebba (PSDB) e Wilde Cambão (PSD) repercutiram, entre outros assuntos, a solicitação do ex-governador de Goiás Marconi Perillo para que o **Tribunal de Contas do Estado** apure se a obra do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora) está dentro da normalidade. Bia de Lima (PT) falou sobre a concessão de rodovias em Goiás e a respeito da inscrição de projetos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 3).

Enquanto isso, Amauri Ribeiro (UB), Fred Rodrigues (DC), Clécio Alves (Republicanos) e Mauro Rubem (PT) comentaram sobre os recentes ataques entre Israel e Palestina, no Oriente Médio, ocorridos nos últimos dias. O Plenário fez, inclusive, um minuto de silêncio em homenagem aos brasileiros e estrangeiros que morreram vítimas do conflito.

Já na discussão durante a Ordem do Dia, o assunto voltou a ser abordado por Clécio Alves; Amauri Ribeiro; Bia de Lima; Mauro Rubem e Fred Rodrigues. No exercício da presidência, o deputado Talles Barreto (UB) encerrou a sessão.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/138082/pauta-transferida-para-4-feira

Projetos do Governo e do TCE são lidos em Plenário

Durante o Expediente, foram lidos 13 projetos, sendo 11 da Governadoria e dois do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Confira a seguir o teor dos mesmos.

Governadoria

4483/23 - Comunica viagem do governador ao exterior.

4480/23 - Veta parcialmente o autógrafo de lei nº 613/23.

4482/23 - Veta parcialmente o autógrafo de lei nº complementar 08/23.

4484/23 - Veta integralmente o autógrafo de lei nº 11/23, do deputado Henrique César.

4485/23 - Veta integralmente o autógrafo de lei nº 617/23, do ex-deputado Henrique Arantes e do deputado Karlos Cabral.

4545/23 - Altera a Lei n° 21.186/21, que institui o Programa Para Ter Onde Morar e autoriza abertura de crédito especial para a **Agência Goiana de Habitação** (**Agehab**).

4546/23 - Altera a Lei n° 22.087/23, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e exclusão da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2024.

4547/23 - Autoriza a abertura de crédito especial à Controladoria-Geral do Estado (CGE).

4549/23 - Altera as emendas parlamentares impositivas constantes da Lei n° 21.760, que estima e fixa a receita do Estado para 2023.

4393/23 - Secretaria de Estado da Saúde - Faz análise técnica referente aos contratos de prestação de serviço da OS Instituto Gênesis para a gestão de unidades hospitalares.

4383/23 - Secretaria de Estado da Saúde - Relativo à inspeção do Instituto Gênesis.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

4376/23 - Comunica decisão de processo CEI.

4439/23 - Comunica decisão tomada de contas especiais.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/138061/projetos-do-governo-e-do-tce-sao-lidos-em-plenario

Projetos do Governo e do TCE são lidos em Plenário

Durante o Expediente, foram lidos 13 projetos, sendo 11 da Governadoria e dois do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Confira a seguir o teor dos mesmos.

Governadoria

4483/23 - Comunica viagem do governador ao exterior.

4480/23 - Veta parcialmente o autógrafo de lei nº 613/23.

4482/23 - Veta parcialmente o autógrafo de lei nº complementar 08/23.

4484/23 - Veta integralmente o autógrafo de lei nº 11/23, do deputado Henrique César.

4485/23 - Veta integralmente o autógrafo de lei nº 617/23, do ex-deputado Henrique Arantes e do deputado Karlos Cabral.

4545/23 - Altera a Lei n° 21.186/21, que institui o Programa Para Ter Onde Morar e autoriza abertura de crédito especial para a **Agência Goiana de Habitação** (**Agehab**).

4546/23 - Altera a Lei n° 22.087/23, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e exclusão da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2024.

4547/23 - Autoriza a abertura de crédito especial à Controladoria-Geral do Estado (CGE).

4549/23 - Altera as emendas parlamentares impositivas constantes da Lei n° 21.760, que estima e fixa a receita do Estado para 2023.

4393/23 - Secretaria de Estado da Saúde - Faz análise técnica referente aos contratos de prestação de serviço da OS Instituto Gênesis para a gestão de unidades hospitalares.

4383/23 - Secretaria de Estado da Saúde - Relativo à inspeção do Instituto Gênesis.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

4376/23 - Comunica decisão de processo CEI.

4439/23 - Comunica decisão tomada de contas especiais.

Site: https://brasilemfolhas.com/ultimas-noticias/2023/10/projetos-do-governo-e-do-tce-sao-lidos-em-plenario/